

Políticas públicas de formação docente na modalidade a distância

Raquel Aparecida Souza - PQ¹ eraquelas@gmail.com – PQ

¹IFG – Câmpus Itumbiara. Avenida Furnas, Nº 55, Village Imperial. CEP: 75.524-010. Itumbiara – GO

Palavras Chave: *Políticas de Educação. Formação Docente. EAD.*

INTRODUÇÃO

Considerando que as políticas de formação docente por meio da modalidade da Educação a Distância (EAD) representam políticas de educação focalizada, sobretudo, a partir dos anos de 1990, e que Bonetti (2007) destaca que as políticas públicas, em especial as de inovação tecnológicas para formação de professores, têm maior impacto social devido à sua maior complexidade, esse estudo tem como objetivo geral, refletir sobre concepções que tem norteado as diretrizes para a formação docente por meio da EAD no Brasil. Diante dessa problemática, o estudo buscou compreender a formulação de políticas públicas para esses profissionais da educação, sendo realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Bonetti (2007), ao discorrer sobre a caracterização das políticas públicas, sua gênese, seus princípios determinantes, ressalta que elas são “ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social” e também é o “resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder”. (p.740).

O autor destaca que as políticas públicas têm se constituído como “uma correlação de forças sociais”, conjugando interesses específicos e/ou de classes, em que os interesses da classe política e/ou economicamente dominante, têm prevalência...” (p.91). (grifos nosso). No entanto, também destaca que a constituição do Estado nos tempos atuais, propõe políticas que não consideram a existência de diferenças sociais.

O momento do capitalismo global e a ordem econômica com seu poder vigente, as características vivenciadas especificamente nos séculos XX e XXI, como também aponta Azevedo (2001), são as de um Estado que é mínimo e ao mesmo tempo é máximo. Mínimo para as políticas públicas, pois delega suas responsabilidades aos indivíduos e às classes sociais com o discurso de se igualar as diferenças, e é máximo para o capital, pois é forte para gerir e legitimar suas exigências a partir da lógica mercantil.

Essa concepção aposta na homogeneização das diferenças a partir de certo “padrão referencial”. Se a competência tecnológica representa o “padrão

referencial” exigido na atualidade para igualdade das diferenças, o Estado não mede esforços para garantir e promover na sociedade civil, espaços de permanente competitividade, subordinando as políticas sociais às políticas de mercado.

Considerando a formação de professores, indivíduos que ora desejam, ora são obrigados a fazer cursos de formação na modalidade a distância para obter maior qualificação profissional e/ou aumentar seus salários, percebe-se em documentos de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Unesco, discursos de que “todos podem”, desde que “queriam” se qualificar, quando na verdade delega-se a responsabilidade ao próprio professor pela sua formação.

Se a visão de homogeneização das diferenças sociais parece ser um discurso pretensamente ideológico de uma classe dominante que até reconhece as necessidades de políticas públicas para o desenvolvimento de benefícios aos indivíduos, isso não quer dizer que elas vão de fato ser uma solução para os problemas enfrentados.

CONCLUSÕES

Tendo em vista o estudo, pode-se dizer que alguns programas de formação docente a distância, são executados como políticas compensatórias para atender uma demanda de formação que não é necessariamente aquela desejada pelos professores, mas que tem forte impacto na sua prática.

Os governos de plantão propõem políticas que, ideologicamente até são predeterminadas pelos anseios da formação, mas que ainda não se constituem em auxílio para emancipação, ou propostas que de fato considerem as relações sociais e históricas com as práticas de formação dos indivíduos, mas representam ações pontuais que se concentram na superação dos desejos e necessidades econômicas do país.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

BONETTI, L. W. **A gênese das políticas públicas**: princípios e determinantes / Enfim, o que são as políticas públicas e quais são os seus objetivos hoje. In: _____. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Unijuí, 2007. p.19-66 e 73-89.

HOFLING, H. M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.